



## PROJETO DE LEI Nº 06, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2024.

(De autoria do Chefe Executivo Municipal)

**DISPÕE SOBRE: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO EM EXECUÇÃO ATÉ O VALOR DE R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS)".**

A **Prefeitura Municipal de Bom Jesus dos Perdões**, mediante Chefe do Executivo, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte LEI:

**Art. 1º** - Esta lei tem o objetivo de autorizar a abertura de crédito adicional especial até o montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para ser utilizado na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

**Art. 2º** - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial até o montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para inclusão de dotação no orçamento em execução, aprovado através da Lei Municipal nº 2.717/23, destinado à criação da seguinte dotação:

### 02 – PREFEITURA MUNICIPAL

Item	Unid.	Secretaria	Funcional Programática	Fonte Rec.	Natureza de Despesa	Valor R\$
1	05	Assistência e Desenvolvimento Social	08.241.0006-2019	5	3.3.50.39	200.000,00
<b>TOTAL PREFEITURA MUNICIPAL</b>						<b>200.000,00</b>

**Art. 3º** - O recurso para a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 2º desta Lei será resultante do superávit financeiro da Fonte 5 – Transferências e Convênios Federais Vinculados, até valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

**Art. 4º** - Ficam convalidados na Lei nº 2.593 de 23 de novembro de 2021 (PPA 2022-2025), na Lei nº 2.699, de 10 de outubro de 2023 (LDO 2024), e na Lei nº 2.717 de 13 de dezembro de 2023 (LOA 2024), os valores das ações ora contemplados na presente lei.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DOS PERDÕES**  
**CNPJ/MF nº 52.359.692/0001-62**

**Art. 5º** - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Jesus dos Perdões, Estado de São Paulo, 02 de fevereiro de 2024.

**BENEDITO RODRIGUES DA SILVA FILHO**  
**Prefeito Municipal**



## JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 06/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimos(as) Senhores(as) Vereadores(as):

Encaminhamos para apreciação e aprovação dessa Casa Legislativa, o Projeto de Lei referente à abertura de crédito adicional especial para inclusão de dotação no Orçamento do Município, até o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para ser utilizado na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

O recurso para a abertura do referido crédito adicional especial é proveniente do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, conforme inciso I, do § 1º, do Art. 43, da Lei 4.320/64.

Conforme §2º do Art. 43, da Lei 4.320/64, entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. Em anexo, segue prévia do balanço patrimonial do exercício anterior (2023), o qual apresenta o ativo financeiro no montante de R\$ 45.795.252,23 e o passivo financeiro no montante de R\$ 17.911.640,68, ou seja, o balanço patrimonial apresenta um superávit financeiro no montante de R\$ 27.883.611,55.

Abaixo temos a tabela demonstrando os saldos de superávit financeiro utilizados e os saldos ainda disponíveis para abertura de créditos adicionais:

Descrição	Valor (R\$)
Superávit Financeiro – 2023	27.883.611,55
Superávit utilizado – PL nº 003/2024	810.445,87
Superávit utilizado – PL nº 004/2024	1.948.215,07
Superávit utilizado – PL nº 005/2024	350.000,00
Superávit utilizado – PL nº 006/2024	200.000,00
<b>Saldo de Superávit Financeiro disp. p/ abertura de créditos adicionais</b>	<b>24.574.950,61</b>

A abertura de crédito adicional especial solicitada tem por objetivo viabilizar o repasse de recursos, oriundos de Emenda Parlamentar, à Organização da Sociedade Civil ASBI - Associação Beneficente ao Idoso. Tais recursos foram recebidos através da Portaria MDS nº 886, de 18 de maio de 2023, que segue em anexo, e serão repassados à OSC mediante Termo de Colaboração.

Nosso objetivo não obsta do exposto por Mauricio Conti (*Juiz e professor de Direito Financeiro da USP*) em sua coluna:

*“Para isso, é necessário que os instrumentos de flexibilidade orçamentária sejam limitados e seu uso moderado, de modo a fazer com que sejam utilizados para cumprir o que foi estabelecido pela lei orçamentária em seu aspecto*



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DOS PERDÕES**  
**CNPJ/MF nº 52.359.692/0001-62**

*essencial [com] os ajustes nas previsões e programações orçamentárias durante o curso de sua execução, [mantendo-se] a necessidade de se cumprir fielmente o orçamento, do modo como aprovado pelo Poder Legislativo, com as imprescindíveis alterações que se façam necessárias ao longo do exercício financeiro, sem, com isso, descaracterizá-lo e fazer dele uma peça de ficção”; embora indispensáveis, em face da natureza da lei orçamentária, os instrumentos de flexibilidade orçamentária devem ser sempre utilizados para alcançar os fins consignados na peça orçamentária, como bem colocado por Rodrigo Faria.”*

Os principais instrumentos de flexibilidade destinados a alterar dotações previstas no orçamento aprovado são os *créditos adicionais*, previstos nos artigos 40 a 46 da Lei 4.320, de 1964. Há três tipos: os suplementares, os especiais e os extraordinários. Os créditos suplementares são abertos para o reforço de dotações que se mostraram insuficientes, os especiais atendem a despesas que não tinham dotação orçamentária específica, e os extraordinários são admitidos para despesas imprevisíveis e urgentes, conforme dispõe o artigo 167, §3º, da Constituição.

Ante o exposto, são essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor o presente Projeto de Lei.

Reitero a Vossa Excelência e a seus Dignos Pares meus votos de profundo respeito de elevada estima e consideração no instante em que solicito a aprovação do presente Projeto.

Prefeitura Municipal de Bom Jesus dos Perdões, Estado de São Paulo, em 02 de fevereiro de 2024.

**BENEDITO RODRIGUES DA SILVA FILHO**  
**Prefeito Municipal**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DOS PERDÕES**  
**Secretaria de Finanças e Planejamento**

---

**DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA**

Benedito Rodrigues da Silva Filho, Prefeito Municipal de Bom Jesus dos Perdões / SP, no uso de suas atribuições e atendendo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, DECLARA, para os devidos fins, que a(s) despesa(s) resultantes do Projeto de Lei nº 06-2024, de 02 de fevereiro de 2024, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

Para que produza os legais e jurídicos efeitos, assina a presente.

Bom Jesus dos Perdões, 02 de fevereiro de 2024.

Benedito Rodrigues da Silva Filho

Prefeito Municipal

Ordenador de Despesa

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DOS PERDÕES - SP  
ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO - LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000  
REPASSE DE RECURSOS À ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL  
PROJETO DE LEI 06-2024, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2024

ART. 16 - LRF

DESCRIÇÃO	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
	2024	2025	2026
REPASSE DE RECURSOS, ORIUNDOS DE EMENDA PARLAMENTAR, À ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	200.000,00	-	-
<b>Total</b>	<b>200.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Metodologia de cálculo:**

1) As despesas estão previstas para ocorrerem no exercício de 2024.

Bom Jesus dos Perdões-SP, 02 de fevereiro de 2024.

  
GUILHERME ANTIBAS ATIK

Secretário Municipal de Finanças e Planejamento

**ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL**

Município: Bom Jesus dos Perdões  
Poder: Executivo  
Órgão: Prefeitura Municipal de Bom Jesus dos Perdões

**Exercício: 2023****Mês: Dezembro****Valores em R\$**

<b>ATIVO</b>		
<b>TÍTULOS</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	56.587.461,54	44.400.783,69
Caixa e Equivalentes de Caixa	45.717.586,47	40.271.899,14
Créditos a Curto Prazo	1.628.472,82	1.604.940,46
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	9.241.402,25	2.523.944,09
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	54.479.367,87	46.448.046,65
Realizável a Longo Prazo	3.952.154,28	4.219.369,77
Investimentos	0,00	0,00
Imobilizado	50.527.213,59	42.228.676,88
Intangível	0,00	0,00
Diferido	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>111.066.829,41</b>	<b>90.848.830,34</b>

ATIVO FINANCEIRO	45.795.252,23	40.287.638,66
ATIVO PERMANENTE	65.271.577,18	50.561.191,68

<b>QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO</b>		
<b>Atos Potenciais Ativos</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	3.228.440,01	0,00
Direitos Contratuais	26.552.642,89	0,00
Demandas Judiciais	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00

<b>PASSIVO</b>		
<b>TÍTULOS</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	10.162.801,27	3.844.786,43
Obrigações Trabalhistas, Previdenc. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	2.068.154,63	1.268.802,79
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	413.370,90	551.161,21
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	5.065.276,86	340.861,15
Obrigações Fiscais a Curto Prazo / Transferências	87.402,09	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	2.528.596,79	1.683.961,28
<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	4.120.858,34	3.628.477,97
Obrigações Trabalhistas, Previdênc. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	79.009,46	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	4.041.848,88	3.628.477,97
Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo / Transferências	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>14.283.659,61</b>	<b>7.473.264,40</b>

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>TÍTULOS</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Patrimônio Social e Capital Social	33.899.876,29	33.899.876,29
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.543.470,70	6.543.470,70



## ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Município: Bom Jesus dos Perdões  
Poder: Executivo  
Órgão: Prefeitura Municipal de Bom Jesus dos Perdões

Exercício: 2023  
Mês: Dezembro  
Valores em R\$

Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	42.932.218,95	42.932.218,95
Resultado do Exercício	0,00	16.122.240,55
Resultado de Exercícios Anteriores	42.932.218,95	26.809.978,40
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>83.375.565,94</b>	<b>83.375.565,94</b>
<b>TOTAL</b>	<b>97.659.225,55</b>	<b>90.848.830,34</b>

PASSIVO FINANCEIRO	13.784.058,48	21.988.581,53
PASSIVO PERMANENTE	3.645.172,38	4.340.262,11
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>93.637.598,55</b>	<b>64.519.986,70</b>

### QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	8.035.728,50	3.492.147,00
Obrigações Contratuais	62.293.295,50	53.641.153,55
Demandas Judiciais	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00



**ANEXO 14A - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALÍTICAS DO ATIVO FINANCEIRO**

Município: Bom Jesus dos Perdões  
Poder: Executivo  
Órgão: Prefeitura Municipal de Bom Jesus dos Perdões

Exercício: 2023  
Mês: Dezembro  
Valores em R\$

<b>ATIVO FINANCEIRO</b>		
<b>TÍTULOS</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	45.717.586,47	40.271.899,14
Créditos e Valores	77.665,76	15.739,52
Investimentos e Aplicações Temporárias	0,00	0,00
Imobilizado	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>45.795.252,23</b>	<b>40.287.638,66</b>

<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>		
<b>TÍTULOS</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Restos a Pagar Proces/ Não Proces. em Liquidação e Não Proces. a Pagar	9.803.018,37	3.133.002,29
Pessoal a Pagar	1.974.586,06	177.186,77
Benefícios Previdenciários	12.021,43	0,00
Benefícios Assistenciais	2.821,31	0,00
Encargos Sociais	86.383,73	977.876,85
Empréstimos e Financiamentos	45.930,10	0,00
Fornecedores/Contas a Pagar	5.065.276,86	293.977,39
Obrigações Fiscais / Transferências	87.402,09	0,00
Demais Obrigações	2.528.596,79	1.683.961,28
Restos a Pagar não Processados	8.108.622,31	18.855.579,24
<b>TOTAL</b>	<b>17.911.640,68</b>	<b>21.988.581,53</b>



## ANEXO 14B - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS CONTAS DO ATIVO PERMANENTE

Município: Bom Jesus dos Perdões  
Poder: Executivo  
Órgão: Prefeitura Municipal de Bom Jesus dos Perdões

Exercício: 2023  
Mês: Dezembro  
Valores em R\$

ATIVO PERMANENTE		
TÍTULOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Créditos e Valores	5.502.961,34	5.808.570,71
Investimento e Aplicações Temporárias	0,00	0,00
Estoques	9.241.402,25	2.523.944,09
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antec.	0,00	0,00
Imobilizado	50.527.213,59	42.228.676,88
Intangível	0,00	0,00
Diferido	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>65.271.577,18</b>	<b>50.561.191,68</b>

PASSIVO PERMANENTE		
TÍTULOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
	3.647.374,94	4.340.262,11
Pessoal a Pagar	63.725,78	113.739,17
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Benefícios Assistenciais	0,00	0,00
Encargos Sociais	1.101,28	0,00
Empréstimos e Financiamentos	3.582.547,88	4.179.639,18
Fornecedores/Contas a Pagar	0,00	46.883,76
Obrigações Fiscais / Transferências	0,00	0,00
Provisões	0,00	0,00
Demais Obrigações	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.647.374,94</b>	<b>4.340.262,11</b>

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 19/05/2023 | Edição: 95-A | Seção: 1 - Extra A | Página: 1

Órgão: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MDS Nº 886, DE 18 DE MAIO DE 2023

Estabelece diretrizes e procedimentos para a execução de despesas extraordinárias em ações e serviços do SUAS, autorizadas na Lei Orçamentária Anual de 2023, e com base no art. 8º da Emenda Constitucional nº 126, de 2022.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do artigo 87 da Constituição Federal, bem como o artigo 27 da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, tendo em vista o disposto no artigo 8º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993,

Considerando que a Lei Orçamentária Anual de 2023 autoriza despesas em programações a cargo do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;

Considerando a Portaria SRI nº 105, de 4 de maio de 2023, que estabelece diretrizes e procedimentos para a execução das dotações a que se refere o § 3º do art. 1º da Portaria Interministerial MPO/MGI/SRI nº 1, de 3 de março de 2023;

Considerando a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social;

Considerando a Portaria MC nº 580, de 31 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as transferências de recursos, na modalidade fundo a fundo, oriundos de emenda parlamentar, de programação orçamentária própria e outros que vierem a ser indicados, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, e dá outras providências;

Considerando a Portaria MDS nº 2.600, de 06 de novembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura de Mobilidade no Sistema Único de Assistência Social - MOB-SUAS; Considerando a Portaria nº 69, de 24 de junho de 2022, da Secretaria Nacional de Assistência Social, que estabelece o rol padronizado de veículos, equipamentos e materiais permanentes que podem ser adquiridos com recursos transferidos pelo Ministério da Cidadania, e dá outras providências; e

Considerando a natureza peculiar destas despesas e a necessidade de estabelecer critérios e procedimentos para a destinação destes recursos resolve:

Art. 1º Ficam instituídos procedimentos para execução de despesas extraordinárias em ações e serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) autorizadas na Lei Orçamentária Anual de 2023, com base no art. 8º da Emenda Constitucional nº 126, de 2022.

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Para fins desta Portaria, considera-se:

I - programação: cadastro realizado no Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias (SIGTV), a partir do qual o ente federado manifesta o interesse para execução dos recursos operacionalizados, por meio de Transferência Voluntária Fundo a Fundo;

II - unidades públicas: unidades estatais de ofertas socioassistenciais reconhecidas nacionalmente, cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social (CadSUAS);



III - unidades referenciadas: unidades de ofertas socioassistenciais reconhecidas nacionalmente e organizadas por entidades de assistência social com status concluído no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS); e

IV - Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias Fundo a Fundo (SIGTV): ferramenta informatizada gerida pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), em que são registradas informações sobre as transferências voluntárias no âmbito do SUAS, na modalidade fundo a fundo.

Art. 3º Os recursos de que trata esta Portaria serão destinados à estruturação e custeio de serviços da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, de forma extraordinária, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004), a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009), e a Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993).

## CAPÍTULO II

### DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 4º Os recursos para fins de custeio, classificados no grupo de natureza de despesa GND3, serão destinados para:

I - incrementar de maneira temporária as transferências regulares e automáticas dos serviços nacionalmente tipificados; e

II - reforma de unidades estatais que prestam serviços socioassistenciais nacionalmente tipificados.

Art. 5º Os recursos para fins de investimento, classificados no grupo de natureza de despesa GND4, serão destinados para:

I - aquisição centralizada de veículos pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, na forma da Portaria MDS nº 2.600, de 6 de novembro de 2018;

II - construção, bem como a ampliação de Unidades Públicas de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) e Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP); e

III - aquisição de equipamentos e materiais permanentes, nos termos da Portaria SNAS nº 69, de 24 de junho de 2022.

Art. 6º Para fins da destinação dos recursos classificados no grupo de natureza de despesa GND4, deve-se observar:

I - para construção de unidades públicas do SUAS, devem ser priorizados municípios que tenham suas unidades em locais cedidos ou alugados;

II - o Indicador de Desenvolvimento das unidades na dimensão de estrutura para reformas e ampliações de unidades públicas do SUAS, e para aquisição de equipamentos e materiais permanentes;

III - a rede socioassistencial pública presente na localidade, cadastrada no Sistema de Cadastro Nacional do SUAS (CadSUAS); e

IV - as informações constantes do Censo SUAS 2021.

Parágrafo único. O gestor deverá declarar a necessidade e justificar a sua opção pelo tipo de veículo e/ou construção, reforma ou ampliação de unidades públicas no Sistema a ser disponibilizado.

## CAPÍTULO III

### DOS LIMITES E CRITÉRIOS

Art. 7º O valor total de solicitação para os recursos de que trata o inciso I do art. 4º desta Portaria, para cada estado, município e Distrito Federal, será limitado a:

I - R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais) para municípios de Pequeno Porte I;

II - R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para municípios de Pequeno Porte II;

III - R\$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais) para municípios de Médio Porte;

IV - R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais) para municípios de Grande Porte;

V - R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões) para metrópoles e Distrito Federal; e

VI - R\$ 2.550.000,00 (dois milhões, quinhentos e cinquenta mil reais) para os estados.

Parágrafo único. Para fins dos limites de que trata o caput, aplicam-se às capitais o disposto no inciso V, em decorrência de suas características territoriais.

Art. 8º Os recursos para assistência financeira temporária e eventual para custeio da proteção social básica e proteção social especial serão destinados a solicitações apresentadas pelos gestores de assistência social estaduais, municipais e do Distrito Federal, para financiamento dos seguintes serviços:

I - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);

II - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);

III - Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas;

IV - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);

V - Serviço Especializado em Abordagem Social;

VI - Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);

VII - Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;

VIII - Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua;

IX - Serviço de Acolhimento Institucional, nas modalidades de abrigo institucional, casa-lar, casa de passagem e residência inclusiva;

X - Serviço de Acolhimento em República;

XI - Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; e

XII - Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergência.

§ 1º Os municípios, estados e Distrito Federal deverão promover no âmbito dos serviços, prioritariamente, o incremento das ações com as famílias e indivíduos pertencentes aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE), em especial à população em situação de rua, aos povos indígenas, às pessoas com deficiência, às pessoas idosas, às crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e aos refugiados e migrantes.

§ 2º Os recursos destinados às unidades da Proteção Social Especial poderão ter como beneficiários os municípios, estados e o Distrito Federal, enquanto os recursos destinados a unidades da Proteção Social Básica serão direcionados apenas aos municípios e o Distrito Federal.

Art. 9º Os recursos de que trata o inciso I do art. 4º poderão custear as equipes de referência dos serviços socioassistenciais.

#### CAPÍTULO IV

#### DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 10. A Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) disponibilizará o sistema para que os gestores locais da Política de Assistência Social dos estados, municípios e do Distrito Federal possam cadastrar as solicitações de recursos de que trata esta Portaria.

Art. 11. Para operacionalização dos recursos que tratam o inciso I do art. 4º, e o inciso I do art. 5º supra, o FNAS adotará as seguintes ações:

I - registrará no SIGTV as solicitações que estiverem em consonância com os critérios estabelecidos pela Portaria SRI N° 105, de 04 de maio de 2023, para que os gestores locais realizem o cadastramento das programações;

II - criará um programa específico para identificação dos recursos que serão repassados fundo a fundo; e

III - realizará abertura de conta específica para os estados, municípios e o Distrito Federal vinculada aos respectivos fundos de assistência social, observando a inscrição destes no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), em conformidade com o estabelecido em regulamento específico da



Art. 12. Os recursos de que tratam o inciso II do art. 4º, e o inciso II do art. 5º supra, serão operacionalizados pelo Transferegov.br, que consiste em plataforma tecnológica integrada e centralizada, com dados abertos, destinada à gestão, informatização e operacionalização das parcerias, instituída pelo art. 7º do Decreto nº 11.271, de 5 de dezembro de 2022.

Art. 13. Os entes federados que tiverem solicitações aprovadas para aquisição de veículos e/ou construção, reforma ou ampliação de unidades públicas do SUAS serão comunicados para apresentação de documentação complementar.

Art. 14. Os gestores locais que optarem por solicitação de recursos para unidade referenciada que já tenha recebido indicação de recursos no SIGTV neste exercício, deverão justificar no sistema a ser disponibilizado pela SNAS a necessidade de nova indicação de recursos, contendo os seguintes tópicos:

I - identificação da indicação da unidade referenciada;

II - justificativa da necessidade da unidade referenciada; e

III - informação dos serviços nacionalmente tipificados que são prestados pela unidade referenciada.

Parágrafo único. O gestor local deverá enviar a resolução do Conselho de Assistência Social por ofício ao FNAS contendo aprovação da referida indicação na fase de instrução da programação no SIGTV e documentação que demonstre a capacidade técnica e operacional da unidade referenciada.

Art. 15. Os entes federados que optarem pela indicação de unidades referenciadas, deverão firmar parceria com a unidade de acordo com a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 1º Caso o ente federado possua parceria custeada com recurso próprio, poderá substituir a fonte de custeio com o recurso que receberem decorrente desta Portaria.

§ 2º Os gestores locais ficam desobrigados de cumprir o prazo estabelecido no § 1º do art. 10 da Portaria MC nº 580, de 31 de dezembro de 2020, devendo seguir o plano de trabalho da parceria.

Art. 16. A execução financeira e a prestação de contas dos recursos tratados neste normativo serão realizadas conforme o disciplinado na Portaria MDS nº 113, de 10 de dezembro de 2015.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. As despesas de que trata esta Portaria correrão à conta da ação 219G - Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), plano orçamentário A400, classificada na finalidade definida - RP2, que não podem ser canceladas para fins de abertura de crédito suplementar autorizado na LOA - 2023.

Art. 18. Os prazos e procedimentos detalhados para apresentação das solicitações tratadas nesta Portaria serão divulgados pela SNAS.

Art. 19. As ações direcionadas à execução de políticas públicas em serviços públicos de Assistência Social com base no art. 8º da Emenda Constitucional nº 126, de 2022, são de caráter discricionário, sendo sua execução condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 20. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS**